BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Outubro-Novembro-Dezembro – ISSN 2175-9103 Nº98

Boletim Número 98
Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2023

EDITORIAL

O Boletim de n° 98 começa por uma reflexão sobre os 35 anos da nossa Constituição Federal de 1988 e se ela tem cumprido de fato o papel que se dispõe a fazer, principalmente em tempos de ataques sistemáticos à democracia nacional; observando também o lado socioeconômico da governança do país, através de um debate sobre como deveria ser uma reforma tributária que realmente levasse em conta a realidade brasileira. Ainda no âmbito nacional, relembramos o significado do Dia da Consciência Negra, no 20 de novembro, e como os dados do último censo do IBGE têm nos mostrado que a consciência racial da população tem avançado, por mais que ainda restem muitos desafios.
No cenário internacional, buscamos discutir as causas da vitória de Javier Milei na eleição presidencial na Argentina e que consequências e reverberações políticas, sociais e econômicas o novo governo de ultradireita pode ter no país. Ademais, também trazemos luz à falida tentativa de reforma constitucional no Chile, todos os caminhos que levaram à derrota momentânea de uma convulsão social que se iniciou em 2019 e quais seriam os novos prospectos do país andino. Por fim, buscamos entender os motivos e causas históricas que influenciam a nova escalada de tensão na América do Sul entre Venezuela e Guiana, que disputam o controle da região do Essequibo.

Contamos também com a Agenda Acadêmica, com eventos pertinentes que ocorrem no meio universitário, assim como os lançamentos de livros pertinentes a assuntos tratados nessa edição e na América Latina.

Desejamos a todos boas reflexões, uma boa leitura e boas festas! Que tenhamos coragem e ousadia para vencer as lutas que adentram ou se iniciam neste novo ano de 2024!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
André Luiz Brito Silva Ferreira
Bolsista pesquisador do PROEALC

Em Foco I

35 anos da Constituição Federal de 1988?

Por *Jorge Luiz Souto Maior*
05/10/2023

Muito se vai dizer hoje e nos dias que seguem sobre os 35 anos da Constituição Federal, sobretudo, no aspecto de lhe prestar homenagens, como forma de reforçar a importância da defesa da ordem democrática.

A defesa da ordem democrática, quando se tem por paralelo o fascismo e os seus agentes, é justa e necessária. Ocorre que a vida e os fenômenos jurídicos e políticos não podem ser circunscritos a uma dicotomia focada nos extremos e, menos ainda, naquelas que situam na superfície ou, mais propriamente, no plano da aparência.

Então, sem afastar a pertinência de expressar o quanto a Constituição de 1988 foi importante no processo de redemocratização do país e de reconhecer o seu papel na obstrução de arroubos autoritários, é preciso reconhecer que muito da efetividade da Constituição nestes aspectos, está fincada em um outro pacto: o pacto antissocial e burguês que anima a classe dominante e seus interesses.

A inefetividade dos direitos sociais constitucionais é o que, concretamente, concebe a aliança entre os poderes político e econômico. A defesa da democracia, que envolveria o interesse difuso, é apenas a aparência, a tal ponto que é correto dizer que, para não permitir avanços sociais, o poder econômico estará sempre disposto a quebrar o pacto democrático.

Aliás, foi precisamente isto o que ocorreu na denominada "reforma" trabalhista: uma explícita ruptura democrática, para levar adiante um projeto econômico de rebaixamento dos direitos sociais.

Embora a Constituição de 1988, que é resultado da luta política dos trabalhadores contra o regime ditatorial e o rebaixamento econômico e jurídico dos quais foi vítima nos anos 60 e 70, tenha alçado os direitos trabalhistas ao patamar de direitos fundamentais e tenha, também, estabelecido seu compromisso em torno da construção de uma sociedade "livre, justa e solidária", visando "garantir o desenvolvimento nacional", "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" e "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; além de ter estabelecido como fundamento da República "a dignidade da pessoa humana" e "os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa", passando pela "função social da propriedade", determinada pelo "primado do trabalho"; e subordinado a ordem econômica à "valorização do trabalho", de modo a "assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social", não aboliu, por completo, o modelo de sociedade capitalista.

Neste modelo, o poder econômico acaba estruturando e subordinando as condutas humanas e, por consequência, as suas instituições e seus compromissos. Assim, têm prevalecido compreensões normativas, notadamente, relativas aos direitos sociais que correm ao longo da Constituição.

É, assim, por exemplo, que até hoje não se efetivou a "garantia de emprego, protegida contra a dispensa arbitrária" (inciso I, do art. 7º) e, também, em total afronta ao princípio da progressividade consignado de forma expressa no "caput" do art. 7º, se legitimaram as diversas formas de precarização do trabalho, como a terceirização, o trabalho intermitente e o trabalho doméstico, ou os modos de exploração de trabalho sem sequer o reconhecimento do vínculo de emprego, como no caso dos entregadores por aplicativos.

O caso mais emblemático, no entanto, é o do direito de greve.

A Constituição Federal de 1988 é resultado de greves e mobilizações sociais. Não à toa, é o primeiro documento que trata movimentos sociais e greves como direitos. E não só isso, os situa como direitos fundamentais. A greve é garantida pela Constituição Federal de forma ampliada, em seu artigo 9º:

"Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei. " – grifou-se

Não poderia haver dúvida, portanto, que compete aos trabalhadores e trabalhadoras decidirem sobre a oportunidade da greve e sobre os interesses que devam por meio da greve defender.

No entanto, quando se expressa uma análise jurídica sobre a greve o que prevalece é o juízo moral e a percepção pessoal sobre o movimento. O direito de greve desaparece, entrando em seu lugar outros dispositivos legais, descolados, inclusive, da própria coesão constitucional, cuja base, vale repetir, é a prevalência dos interesses coletivos e a efetividade dos direitos sociais.

Verdade que a Constituição estabeleceu que "a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade" (§ 1º.) e que "os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei".

Parece óbvio, no entanto, que essas especificações atribuídas à lei não poderiam ser postas em um plano de maior relevância que o próprio exercício da greve. Em outras palavras, as delimitações legais, para atender necessidades inadiáveis e para coibir abusos, não podem ser vistas com um alcance tal que inviabilize o exercício do direito de greve.

Não bastasse a destruição da imperatividade normativa da Constituição, ainda se sobrepôs a ela, logo no ano seguinte, ou seja, em 1989, uma lei infraconstitucional, a Lei n.

7.783/89, que, inclusive, foi antecedida de uma Medida Provisória, para que não conferisse qualquer oportunidade temporal à efetividade do art. 9º da Constituição.

A Lei n. 7.783/89 é, nitidamente, uma lei com o propósito de diminuir o alcance do direito de greve inscrito na Constituição. Uma autêntica inversão da pirâmide Kelseniana, com relação à qual os mais ardorosos positivistas pouco se importam. Mais uma vez, o que interessa, como dito inicialmente, é manter vigente o pacto em torno da "ordem jurídica, política e democrática", com base na inefetividade dos direitos sociais.

Para pôr à prova esta assertiva, basta colocar um democrata diante de uma greve. Será possível perceber o quanto o discurso da democracia não resiste à dinâmica emancipatória, transgressora e transformadora de uma greve e, assim, logo transpassa ao plano do conservadorismo clássico, mesmo retóricas discursivas do "bem comum", etc, mas que não conseguem disfarçar a desconsideração dos grevistas como cidadãos e cidadãs.

No próprio campo jurídico trabalhista, de forma mais específica, este pacto é levado a extremos, pois as interpretações dadas à Lei n. 7.783/89 impõem limites à greve que nem mesmo a lei vislumbrou realizar.

Do ponto de vista de um alinhamento histórico, é como se passasse uma borracha na Constituição Federal, e o antecedente da Lei n. 7.783/89 fosse a Lei de Greve de 1964, a Lei n. 4.330.

O curioso é que mesmo dedicando-se a traçar um paralelo entre as duas leis, para construir argumentos em torno da identificação de um processo evolutivo, acabam-se concebendo sentidos para a lei de 1989 ainda piores, para o exercício do direito de greve, que os expressos na lei de 1964.

Tome-se como exemplo o direito ao recebimento de salário durante a greve que é expresso na lei de 1964, em dadas condições, mesmo tendo sido assumida a greve como suspensão do contrato de trabalho. Na lei de 1989 não se tem autorização expressa para o desconto de salários. Então, na perspectiva de atração da lei do regime ditatorial, o intérprete estaria autorizado a fazê-lo, sobretudo, passando por cima da Constituição.

O mesmo se pode dizer, com utilização da técnica hermenêutica da visualização a contrário *sensu*, com relação à greve denominada política. A Lei n. 7.783/89, ao contrário do que fazia a Lei n. 4.330/64, não especifica os interesses que por meio da greve podem ser defendidos.

Então, vista a regulação em perspectiva histórica, o que se tem é um silêncio eloquente, ou uma afirmação em outro sentido, até porque o art. 9º da Constituição deixa

evidenciado que são os trabalhadores e trabalhadores que decidem isto, e não o legislador e, menos ainda, o intérprete da lei.

Até porque toda greve é, antes de tudo, um ato político, tanto que sem a efetividade do direito de greve, todos os demais direitos sociais perdem efetividade, na medida em que não podem ser defendidos de maneira adequada frente ao poder econômico.

Já passou da hora, portanto, de aplicarmos a Constituição Federal. A começar, por exemplo, com a garantia de emprego contra dispensa arbitrária, a limitação e redução da jornada e trabalho, a proibição de horas extras prestadas de forma ordinária, o enfrentamento concreto das figuras de assédio e de discriminação racial e de gênero nas relações de trabalho, o pleno exercício do direito constitucional de greve e, também, pela revogação do banco de horas, da lei de recuperação judicial, da terceirização, da "reforma" trabalhista, da "reforma" previdenciária e do teto de gastos públicos, além da efetivação de direitos trabalhistas e sociais integrais para as trabalhadoras domésticas, as vendedoras ambulantes e os entregadores e motoristas por aplicativos, dentre outros(as) precarizados(as).

Com o aprofundamento do sofrimento, o aumento do desemprego, do desalento e das doenças crônicas decorrentes de desnutrição e de estilos de vida, determinados pela necessidade econômica, incompatíveis com a condição humana, a explicitação cada vez maior das falácias neoliberais, das ameaças concretas ao ecossistema e à vida humana, o renascer da consciência de classe, o despertar do movimento estudantil e das mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras e a libertação das prisões das chantagens estabelecidas em dicotomias artificial e parcialmente construídas, a oportunidade histórica para este avanço – e até mesmo para saltos ainda mais ambiciosos – está dada.

Isto, por certo, pode ser mais uma torcida do que uma constatação científica. De todo modo, não custa nada esperançar.

Quem sabe, assim, no dia 05 de outubro de 2024, estejamos, pelo menos, comemorando o ano 01 da Constituição Federal de 1988.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/35-anos-da-constituicao-federal-de-1988

Em Foco II

Qual é a reforma tributária necessária para a realidade brasileira?

Por *Sandro Silva*
12/102023

O sistema tributário de um país pode ter a capacidade de financiamento das políticas públicas de qualidade, sejam elas universais ou não, para o desenvolvimento nacional equânime, para a transição energética justa entre outras ações necessárias.

No Brasil, ainda carecemos de investimentos consideráveis em diversas áreas, como saúde, educação, habitação, mobilidade, acessibilidade, infraestrutura, energia limpa, sendo necessário arrecadar o suficiente para esses investimentos.

Atualmente o sistema tributário brasileiro tem grande peso de impostos indiretos (aqueles sobre consumo de bens e serviços), pagos igualmente por todos, independentemente dos rendimentos. Em contrapartida, é menor a participação dos impostos diretos, sobre o patrimônio e renda, que são cobrados de acordo com o que se ganha, no qual os mais ricos pagam mais.

Como resultados, constatamos que a carga tributária sobre os mais pobres é mais elevada. Os 10% mais pobres têm incidência tributária sobre a renda total de 26,4%, sendo 23,4% de impostos indiretos e 3,0% de impostos diretos. Em contrapartida, os 10% mais ricos têm tributação total de 19,2%, com 8,5% de impostos diretos e 10,5% indiretos. Na média, a tributação sobre a renda total é de 19,2%, sendo 11,2% indiretos e 8,0% diretos.

Outros problemas estão ligados ao excesso de isenções fiscais, que beneficiam as classes com renda mais altas e alguns setores empresariais; à baixa ou quase inexistente participação da arrecadação de ganhos de capital, como dividendos de ações e de lucros; à reduzida tributação dos impostos sobre as grandes propriedades rurais; ao fato de alguns tributos, como o de grandes fortunas, apesar da previsão constitucional, não serem cobrados devido à falta de regulamentação; à existência de subterfúgios para o não pagamento de impostos (o chamado “planejamento tributário”, realizado pelas empresas); e à grande sonegação, por causa da falta de instrumentos para fiscalização e cobrança.

Na comparação com outros países, constatamos que o Brasil tem carga tributária maior que os países da América Latina (embora tenhamos políticas públicas de caráter universal, como saúde e educação), e menor em relação à média dos países da OCDE, que tributam mais rendas e lucros, incidindo sobre quem tem mais capacidade contributiva, sendo mais progressiva.

Analisando a receita tributária por base de incidência, verificamos que no Brasil a principal fonte de receita são Bens e serviços (44,9%), que na média dos países da OCDE é de 31,5%. Nestes países, a fonte de receita mais importante são os tributos sobre Renda, lucros e ganhos de capital (33,5%), que no Brasil é 28,3% menor (24,0%). Já na seguridade e folha de pagamentos a média no Brasil (25,4%) também é menor que a média dos países da OCDE (28,8%).

O diagnóstico do Sistema Tributário brasileiro atual é que ele é regressivo, isto é, a população de baixa renda paga proporcionalmente mais impostos que os ricos, pelos motivos expostos anteriormente.

A reforma aprovada na Câmara dos Deputados em julho (PEC 45/2019), ataca apenas a complexidade do sistema, extinguindo alguns tributos (IPI, PIS COFUNS, ICMS e ISS), que serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de âmbito federal e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de âmbito estadual e municipal, nos moldes de um imposto sobre o valor adicionado; elimina a cumulatividade, gerando créditos tributários; desonera exportações e investimentos; zera as alíquotas para medicamentos para doenças graves como o câncer; desonera em 50% alíquota de alguns setores, como transporte público, serviços de saúde e educação; cria programa especial de tributação para alguns produtos e serviços (combustíveis, setor de imóveis e construção e o sistema financeiro); cria imposto seletivo sobre produtos ambientalmente poluentes e prejudiciais à saúde; entre outros.

O movimento sindical avalia como positiva a criação de um imposto sobre valor agregado, que desafoga o setor produtivo manufatureiro, elimina a cumulatividade e busca acabar com a guerra entre os entes federativos, ao cobrar o imposto no destino. É uma contribuição para a redução das desigualdades, ainda que limitada pela retirada dos critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional durante o processo de aprovação na Câmara. Contudo, a discussão ainda não está encerrada, dado que a reforma ainda não foi promulgada e a tramitação no Congresso continua.

Também considera relevante a proposta de impostos seletivo, que desestimula o consumo de bens e serviço prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; desonera os produtos da cesta básica, a definir; aumenta a progressividade no imposto sobre herança (ITCCMD); melhora a cobrança e a ampliação da base de incidência do IPVA, incluindo os veículos aquáticos e aéreos; e aumenta a transparência da tributação.

Mas a proposta não ataca diretamente os problemas de injustiça social e da regressividade tributária, que prejudicam principalmente a população mais pobre e os trabalhadores de baixa renda. Se aprovada como tal, a reforma tributária não terá grande impacto para a redução dos impostos indiretos nem no aumento da progressividade do sistema. A primeira fase da reforma determina que o poder executivo deve encaminhar ao Congresso, no prazo de 180 dias após sua promulgação, projeto de lei de reforma da tributação sobre a renda.

A reforma tributária que interessa as trabalhadoras e trabalhadores é de um sistema tributário progressivo, que busque o desenvolvimento sustentável com uma melhor distribuição de renda e justiça social, com justiça tributária, com o predomínio da tributação direta, mas com uma tipificação e progressividade que permite respeito a capacidade contributiva.

Necessário contemplar alguns pontos, como: corrigir a tabela do Imposto de Renda com aumento da progressividade; tributar lucros e dividendos distribuídos à pessoa física; aumentar os impostos sobre a propriedade (ITR); tributar a remessa de lucros de empresas estrangeiras; instituir o imposto sobre grandes fortunas; e tributar os bens supérfluos e de luxo.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2023/10/12/qual-e-a-reforma-tributaria-necessaria-para-a-realidade-brasileira

Em Foco III

Mudar o mundo a sua volta para acabar com o racismo

Por *Gevanilda Santos*
20/11/2023

O que é que se pode fazer para mudar o mundo? Podemos fazer mais do que se faz? Fazemos menos do que se deve? Eis uma questão, uma narrativa, um problema ou uma reflexão. Será esta a principal questão filosófica do século 21? O que dizer dos pressupostos filosóficos de mudança social do século passado? Estão ultrapassados?

No atual contexto mundial nos defrontamos com dúvidas, novidades, medos, mortes e incertezas. É o que Achile Mbembe, filósofo camaronês, definiu como a era da necropolítica do capitalismo. Sua leitura intui reflexão e urgência na mudança para reequilibrar as condições humanitárias e a sustentabilidade do planeta.

No século 20, quando surgiam tais emergências era o momento de revisitar os pressupostos teóricos de mudança social e tentar implantá-las.

Há que se revisitar referenciais teóricos importantes do século passado. Os filósofos influenciadores daquele século anunciam caminhos da mudança: reflexão, participação política, emancipação e os novos valores das relações entre os indivíduos. Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo político da Martinica, para quem a radicalidade era enfrentar os desafios da vida com a reflexão. Karl Marx, economista, advogado e filósofo, para quem o principal fundamento e razão do ativismo não é uma ideia sobre a realidade. É a participação na política até que haja a emancipação. Não será tarefa principal revisitar aqueles pressupostos, apenas indicamos o emaranhado epistemológico exigido na reflexão.

No momento observaremos a esperança de mudança social nas ações denominadas antirracistas, aquelas protagonizadas por brancos ou negros e as ações de combate ao racismo protagonizadas pelo Movimento Negro, do que outras.

Inicialmente recordamos o momento em que os movimentos sociais inauguram o protagonismo democrático na sociedade civil para recompor o tecido sociocultural esgarçado na ditadura militar de 1964. Período em que negras e negros universitários ou não, das escolas privadas ou públicas, da capital ou interior, das periferias ou centro metropolitano, de outros estados se jogaram na luta de combate ao racismo e constituíram a movimentação negra daquele período. Era preciso reestabelecer os laços cortados com os ativistas das gerações anteriores e dar continuidade a resistência negra: Vanda do Bar Rua, Dra. Iracema, Odacir Matos, Thereza Santos Correia Leite, Abdias do Nascimento, Oliveira Silveira dentre outros e outras espalhadas por todo Brasil.

O Movimento Negro fez muito nos quase últimos 50 anos. Legou importantes conquistas, principalmente as que fragilizaram o mito da democracia racial, a exemplo do quesito cor-raça, a resistência negra nas ruas, contestação do apagamento da história de negros e negras, papel das mulheres negras na história e no ativismo e a denúncia da violência policial. As reivindicações e denúncias eram para afirmar que o racismo existente corroía a qualidade de vida da população brasileira.

A movimentação nas ruas abriu caminhos para o fortalecimento da identidade negra. A aceitação, no campo institucional, do quesito cor-raça, um instrumento estatístico e avaliativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reivindicado para auferir quantos são os negros e negras na nação brasileira, dá uma reviravolta no padrão indentitário nacional. A sociedade civil e a comunidade negra se apropriam do quesito cor-raça. Do ponto de vista da identidade, os grupos sociais seguiram orientação dos blocos afros para estampar a estética, o orgulho negro e a resistência cultural nas ruas. Outros se apegaram a

movimentação “black” da sua cidade local. Cada grupo social ou organização negra, a seu modo, entra em ação e altera o padrão da identidade racial ou étnica brasileira. Nos últimos 50 anos o comportamento afirmativo da comunidade negra em relação à identidade mudou radicalmente. De recenseamento em recenseamento o Brasil passou a ser reconhecido como o País de maior população negra fora da África. Colaborações inestimáveis as gerações futuras de afrodescendentes, negros, pretos morenos e mestiços que aprendem a auto identificação e a denunciar o racismo na vida pessoal, na escola, no trabalho, no sindicato, na política partidária da vida institucional e em todos os cantos.

A democracia racial aludida na Constituição Federal e na sociedade brasileira não era mais uma verdade absoluta. O mito da democracia racial foi sistematicamente denunciado nas ruas ao ponto de em 1988 alterarmos o preceito constitucional do racismo. De uma contravenção penal, o racismo passa a ser reconhecido e criminalizado.

A intensa presença negra nas ruas construiu, física e teoricamente, o que hoje se denomina de movimento social negro. Colaborou com os centros de pesquisas universitários para categorizar o movimento negro e as pautas nacionais. E, nesse ritmo de questionamento, estudo e pesquisa, chegamos ao racismo estrutural, institucional, feminismo apropriado a realidade da mulher negra e indígena, ao gênero e termos congêneres. Em decorrência aumentou a importância da negritude, da consciência negra, da ancestralidade, da participação na luta de combate ao racismo e ao sexismo. Hoje o Movimento Negro fulgura ao lado dos demais movimentos, como: o feminista, dos povos indígenas, dos sem-terra, dos LGBTQI+ que reivindicam cidadania plena.

As mulheres negras autonomizam suas pautas amparadas na organização específica, nos estudos e vozes de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sonia Leite dentre outras Dandaras, Chicas, Carolinas de Jesus, Ivones Laras, os quilombolas rurais e as Yalorixás dos terreiros espalhadas em todo o Brasil. E de encontro a encontro, nacional e internacional, de marcha em marcha destacam o papel da mulher negra no interior da comunidade, na sociedade e nas mudanças sociais. Ávidas da perspectiva estadunidense do “empoderamento", da “representatividade” e da experiência e *know how* de Angela Davis no ativismo dos Panteras Negras, elas acreditam que a própria organização é um processo revolucionário e atuam duplamente nas agendas do combate ao racismo e do sexismo.

Alguns setores do Movimento Negro na etapa atual de denúncia da violência policial enveredaram para o questionamento nacional: qual é o padrão de segurança pública para a população negra capaz de reduzir o encarceramento da juventude? O debate vem

ganhando força na sociedade civil desde o lançamento do Movimento Negro Unificado – MNU (1978), a publicação na década de 1980 do livro intitulado Genocídio do negro brasileiro, do ativista Abdias do Nascimento, as políticas públicas em defesa da vida da juventude, qual é o papel das mulheres negras nas periferias e o debate da representatividade negra no Supremo Tribunal Federal (STF), dialogam com a violência periférica.

Na correlação das forças em disputa entre as relações de raça, classe e gênero há vitórias e derrotas em todos os lados. Por exemplo, há quem defenda o pensamento conservador da inexistência do racismo e atuam na manutenção do "status quo". Repetem subliminarmente o slogan alienante: "o Brasil é um país que não tem racismo". O Brasil deve apagar as marcas da escravidão e embranquecer a população a partir da mestiçagem física e miscigenação cultural. Os brancos, nos altos postos e escalões, aí chegaram por mérito e por isso são valorizados e desejados. Os negros estão nos baixos escalões, são desvalorizados e não desejados por que não têm unidade política para conquistar o poder e as demandas por igualdade são polêmicas na sociedade.

Este pensamento reproduz um discurso ideológico e não tem correspondência na realidade. A ideologia nos parece um equívoco na medida em que concebe o racismo apenas a partir da cor da pele ou dos fenótipos humanos diferenciados. Os evidenciam para hierarquizar e classificar diferenças como vantajosas, valorizadas e belas e outras diferenças nem tanto.

Considerar o caráter fenotípico do racismo de modo unilateral induz a compreensão equivocada do papel do racismo na sociedade brasileira, na medida em que negligencia outro aspecto perverso do racismo: a pobreza. O Unilateralismo está no fato da indignação contra o racismo ser mais evidenciada por fatores biológicos e étnicos / raciais do que por fator da injustiça social. O racismo não entra na avaliação da pobreza brasileira e vice-versa. A visão de mundo liberal concebe a pobreza como uma questão social, porém não é causa da alta concentração de renda e de interesses materiais. Estimula a sociedade a ser avessa a qualquer política distributiva e admite o assistencialismo caridoso individual.

Na sociedade liberal, a pobreza é naturalizada e as soluções são empurradas para o campo da luta das classes, refratário ao diálogo profícuo. As lideranças preocupadas com este aspecto - Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez, Tereza Santos e outras lideranças nacionais - enfrentaram solitariamente o debate da raça e classe e das mudanças sociais necessárias para acabar com o racismo.

No outro lado da correlação de forças e na perspectiva histórica da desconstrução do racismo no Brasil é interessante compreender sua dinâmica e a fase atual. No período inicial da República o racismo era do tipo dissimulado, deixou de sê-lo e escancarou.

Nem todos os/as brasileiras/as ou organizações têm coragem de encarar o racismo como uma coisa feia que está espalhada em todos os cantos. Cada organização ou ONGs se apropriou de parte do conceito e da luta. Há fragmentação. Hoje diante o recrudescimento do racismo, comenta e se assusta com o crescimento. Se apresenta na forma individual, mas é instrumentalizado e dinamizado por interesses e vantagens de classes e grupos sociais camuflados nos indivíduos. Não se compreende que ele entrou no jogo dos interesses das classes sociais e é complexo. Requer múltiplas considerações.

As pessoas e as organizações aprenderam a reconhecer e denunciar o racismo em sua versão parcial ou total. São tipificadas como ativistas sociais, militantes ou percebidas como protagonistas da luta do combate ao racismo, patriarcado e capitalismo. Aspectos valorizados nas redes sociais e na sociedade da informação independente da atuação orgânica na luta.

Na correlação das forças em disputa nas relações de raça, classe e gênero, o pensamento conservador e contrário ao combate ao racismo aproveitam as contradições, dos equívocos e da morosidade em enfrentar os desafios para desmerecer e desacreditar a luta na sua totalidade. Atualmente impulsionam uma reação ideológica virulenta: o cancelamento da última etapa da luta, a violência, e a substitui pela mercantilização e consumismo do ativismo. No interior da sociedade liberal rotulam o racismo e o correspondente ativismo por mercadoria e os jogam na prateleira do mercado consumidor à disposição de quem souber vender ou comprá-lo.

Entre os aliados da luta antirracista, o protagonismo se fragmenta por vaidade, egoísmo ou interesse no sucesso do seu campo de atuação. Os ativistas autênticos ou denominados “roots” ou raízes passam a ser “persona non grata”, geralmente, são cancelados e deixam de receber atenção nas relações pessoais da sociedade liberal. O êxito da atuação de combate ao racismo para desconstruí-lo é proporcional ao demérito na sociedade liberal.

Em resumo e parafraseando a cronologia do racismo afirmamos a frase: “A história do racismo brasileiro é a história da luta de raça, gênero e classe”. Nesta nova etapa da luta há novos desafios.

Como enfrentar o racismo estrutural na nova etapa? Como superar a violência policial, a pobreza e a vulnerabilidade da população negra? Os lapsos do SUS na saúde da população negra? A não implementação da Lei 10639/ 2003 e 11.645/2008 na educação? Como superar as idas e vindas da lei de cotas no ensino superior se a cada vez que renasce é reapresentada como um "bonde"? O feminicídio contra a mulher negra agoniza diante da cumplicidade masculina? O Legislativo Federal aprova o Estatuto da Igualdade Racial e o corpo ministeriável não o respeita? A intolerância religiosa é a única mediação possível nas periferias das cidades? O que fazer para viver bem, em paz e feliz?

A solução ou encaminhamento dos desafios nos instiga a reflexão principal: acabar com o racismo pressupõe primeiro, abrir novos caminhos que enseje mudar o mundo a sua volta, e, segundo, inserir no novo mundo relações de igualdade e liberdade da realidade de negras e negros? A reflexão principal estimula outras. Podemos fazer mais do que se tem feito para acabar com o racismo? Sim podemos ou '*Yes we can*'.

Os que acreditam e participam da resistência nas ruas, desde a histórica semana da consciência negra sob a liderança de Oliveira Silveira (RS), até as passeatas do novembro negro espalhadas em todo território nacional, entram em comunhão e dão visibilidade à perspectiva de acabar com o racismo e os retroalimentadores. Participe.

No Brasil, em 2024, às vésperas do novembro negro, relembraremos o cinquentenário do vinte de novembro ressignificado no "Dia da consciência negra". A data originalmente surgiu como uma simbologia contrária ao assassinato de Zumbi e Dandara e a destruição bélica da resistência no Quilombo dos Palmares. A data foi insistentemente apresentada como dia nacional de luta.

O sinal amarelo da justiça está piscando clamando emergência e preste atenção... querem negar a importância dos protestos contra o racismo nas ruas e substituir a participação política nas passeatas e atos do 20 de novembro por aceitação dos eventos midiáticos ou consumo das mercadorias blacks. Os eventos ou assemelhados denominados por ações criativas e empreendedoras viralizam nas redes sociais e dão o tom festivo ao dia 20 de novembro para cancelar a resistência negra na rua e na história. Atribuem a vítima do racismo a responsabilidade unilateral de superar as mazelas. Inculcam a ideia da competição liberal como única via aonde "cada um é estimulado lutar por si próprio com seu mérito e fé contra todos". Valorizam protagonistas de plantão alegando inclusão social e logo descartam. Estendem a cortina de fumaça para esconder o verdadeiro inimigo e desviar do caminho inovador dos valores capaz de dinamizar a desconstrução do racismo e correlatos.

Axé, Alafia, Amém, Salamaleico, Paz e Bem Viver a toda população!

Link:https://www.brasildefato.com.br/2023/11/20/mudar-o-mundo-a-sua-volta-para-acabar-com-o-racismo

Em Foco IV

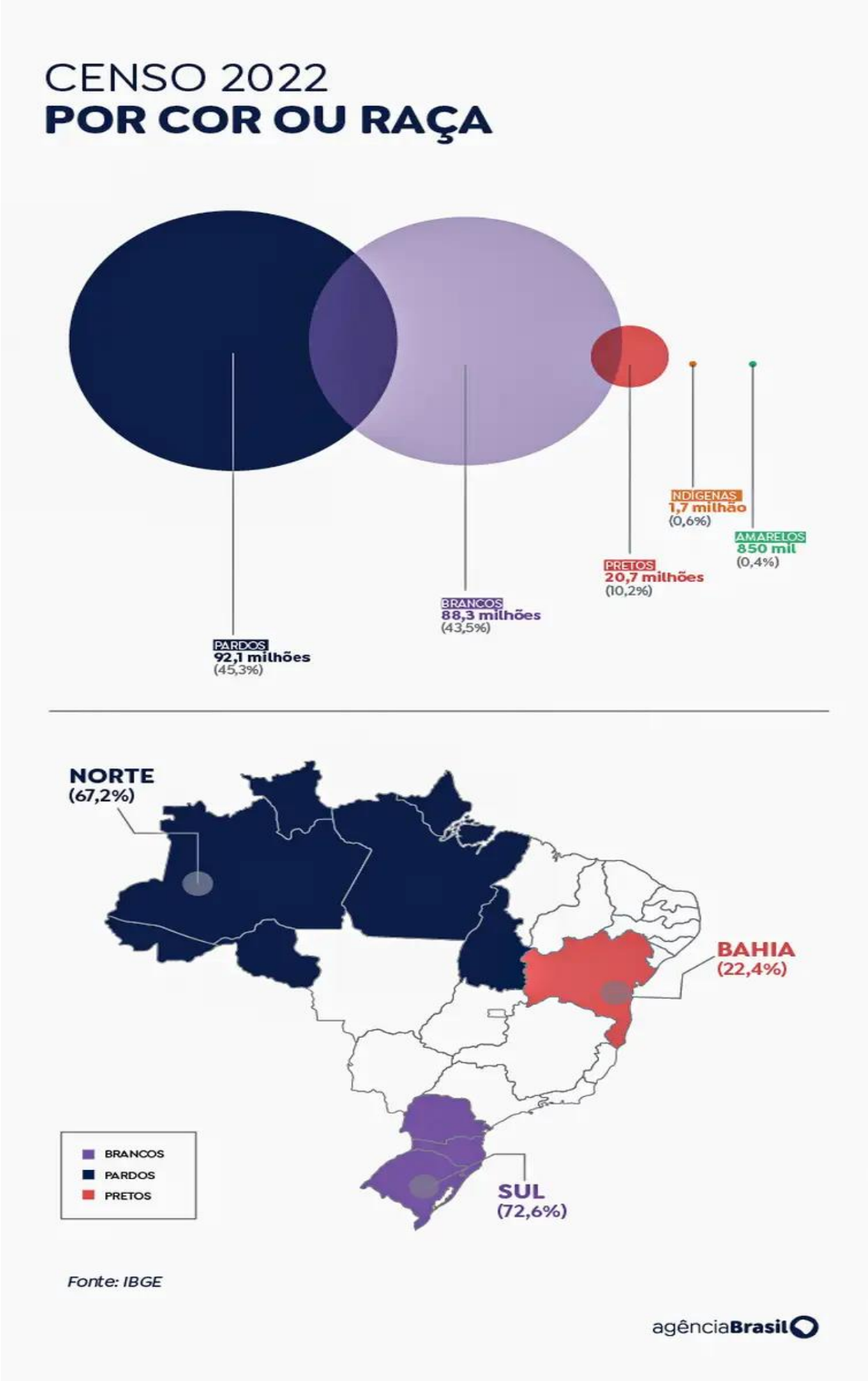
Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial

Por *Agência Brasil*
24/12/2023

A população brasileira está tendo mais orgulho em se reconhecer mais "escurecida". Essa é uma constatação de especialistas ouvidos pela Agência Brasil após os mais recentes resultados do Censo 2022, que revelaram que 55,5% da população se identifica como preta ou parda.

O levantamento divulgado na sexta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que os pardos são 45,3% da população e superaram a quantidade de brancos pela primeira vez desde 1872, quando foi realizado o primeiro recenseamento do país. Além disso, a proporção de pretos mais que dobrou entre 1991 e 2022, alcançando 10,2% da população. O IBGE explica que a mudança no perfil étnico-racial do país não reflete apenas a questão demográfica, ou seja, nascimento ou morte de pessoas, mas também outros fenômenos sociais.

"Essas variações têm a ver com a percepção. Cor ou raça é uma percepção que as pessoas têm de si mesmas. Tem a ver com contexto socioeconômicos, contextos das relações interraciais", disse o pesquisador Leonardo Athias.


CENSO 2022
POR COR OU RAÇA
PARDOS
92,1 milhões
(45,3%)
BRANCOS
88,3 milhões
(43,5%)
PRETOS
20,7 milhões
(10,2%)
INDÍGENAS
1,7 milhão
(0,6%)
AMARELOS
850 mil
(0,4%)
NORTE
(67,2%)
BAHIA
(22,4%)
SUL
(72,6%)
BRANCOS
PARDOS
PRETOS
Fonte: IBGE
agênciaBrasil

Para a historiadora Wania Sant'Anna, conselheira do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Raciais (Cedra), o Brasil passa por "um momento de reconhecimento de pertencimento étnico-racial no terreno da negritude e da afrodescendência". Segundo ela, o resultado consolida uma trajetória que já vinha desde o recenseamento de 1991 e que "não tem volta".

"O que comprova isso [reconhecimento com a afrodescendência] é essa mudança expressiva dos pretos, que mais que dobraram entre os anos 80 e os dias atuais", aponta Wania, que também é presidente de governança do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e integrante da Coalizão Negra por Direitos.

A pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Tatiana Dias Silva converge com a explicação de que não é apenas a questão demográfica que causou o aumento de negros na população.

"Tem alguns estudos da composição de componentes demográficos para identificar se tem mais taxa de natalidade e fecundidade da comunidade negra, e não conseguem justificar demograficamente essa mudança", explica.

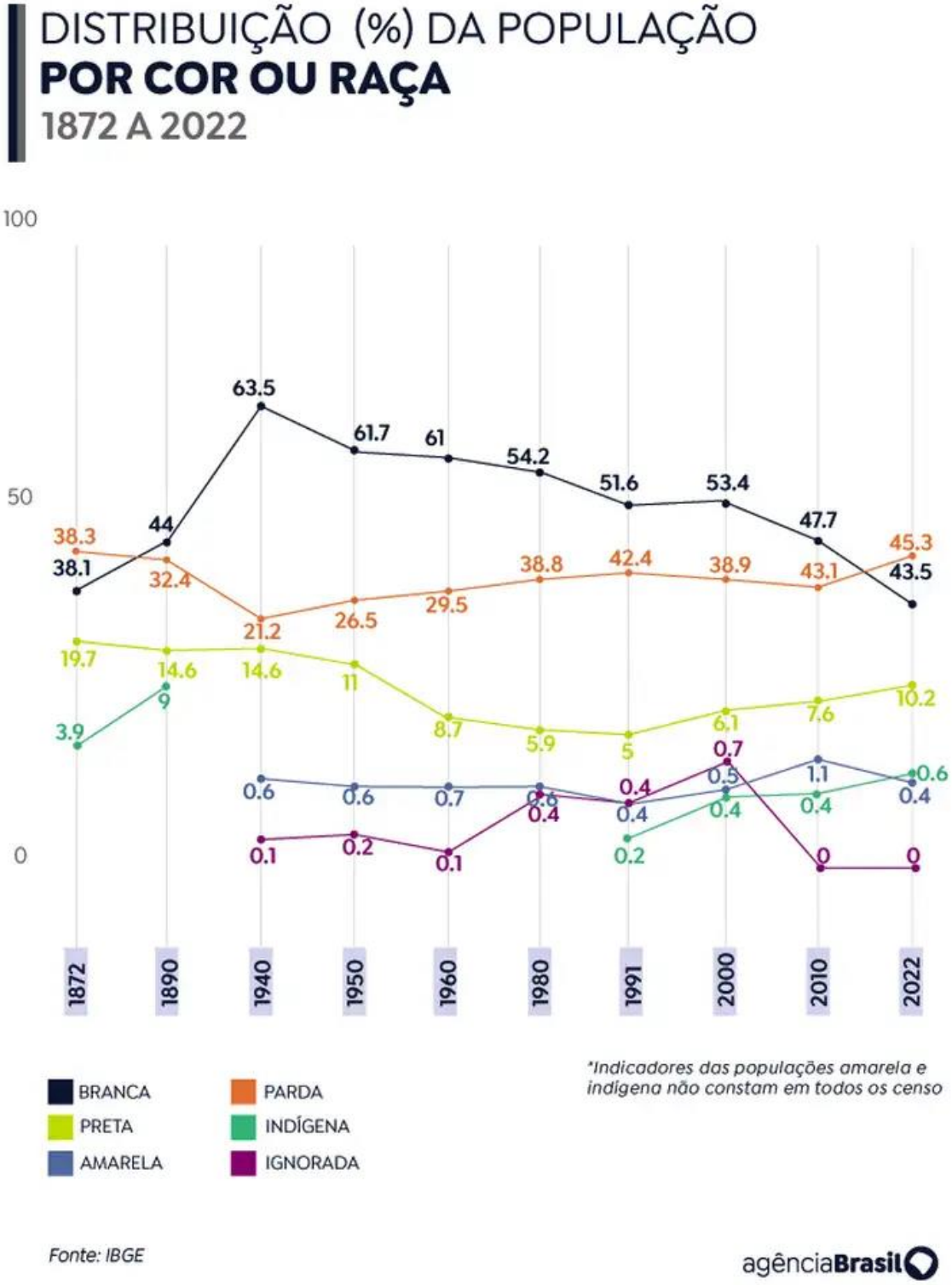
Wania Sant'Anna cita dois grandes fatores que explicam, na visão dela, o reconhecimento das pessoas com a negritude. Um são os debates públicos mais abertos sobre desigualdades raciais, racismo e preconceito.

"As pessoas são discriminadas por causa da sua cor. À medida que esse debate se torna público, os sujeitos pensam 'isso poderia ter acontecido comigo porque essa é a minha cor, esse é o meu cabelo, esse é o meu território'. Então o debate sobre racismo tem contribuído muito", avalia. Outro fator, aponta Wania, são as manifestações culturais populares que falam sobre racismo, como música e literatura.

"A gente não pode esquecer o impacto que o hip-hop e o funk estão produzindo na população jovem e não tão jovem também. Esse debate fala de raça, racismo e cor de pele. Isso informa as pessoas. As pessoas não estão sendo informadas apenas pela branquitude", disse.

O efeito dessa conscientização, acredita Wania Sant'Anna, aparece quando o recenseador pergunta às pessoas com qual raça se identificam. A integrante da Coalizão Negra por Direitos ressalta que esses debates públicos não existiam com a mesma força décadas atrás.

Visão compartilhada com Tatiana, do Ipea. “A gente está tendo ao longo dessas últimas duas décadas muito mais discussão sobre a questão racial. Isso deixa de ser encarado como um tabu, e as pessoas falam sobre isso e acabam também se reconhecendo mais a partir das suas origens como negras”, diz a pesquisadora cedida ao Ministério da Igualdade Racial (MIR).



O IBGE explica que o Censo 2022 colhe as respostas com base na autodeclaração dos indivíduos. Além disso, utiliza o conceito de raça como categoria socialmente construída

na interação social e não como conceito biológico. As classificações do instituto são branca, preta, parda, amarela (origem asiática) e indígena.

Apesar de o IBGE não agrupar oficialmente, ativistas e o Estatuto da Igualdade Racial consideram negros o conjunto de pessoas pretas e pardas.

Os resultados vistos no Censo 2022 são, segundo Wania Sant'Anna, uma tendência também de uma campanha organizada no começo da década de 80, da qual ela foi uma das coordenadoras. Foi um chamamento público para as pessoas se reconhecerem com pretas ou pardas. "Sabíamos que tinha um problema na autodeclaração das pessoas", lembra.

A campanha criou o lema "Não deixe sua cor passar em branco – Responda com bom c/senso", fazendo ambiguidade com as palavras branco, censo e senso.

A cofundadora e conselheira do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) Cida Bento interpreta os resultados do Censo 2022 com um encontro do Brasil.

"O crescimento de pretos e pardos tem a ver com o quanto o Brasil vai se encontrando consigo, como uma nação onde a presença negra, não branca, é grande em termos de fenótipo [características genéticas e proporcionadas pelo ambiente no qual se vive], de cultura, de religiosidade". Cida Bento considera ainda que houve uma ressignificação do que representa ser negro.

"Antes era [um significado] negativo e hoje vem associado a uma cultura plural, diversa, que acolhe outras. Agora é possível se reconhecer negro como uma coisa boa. A discussão disso tem vindo das vozes negras sacudindo a sociedade para olhar para aquilo que o país é".

Outra ressignificação, segundo Cida, é entender que o branco contou com privilégios da colonização e escravidão e, por isso, ocupa atualmente os postos de mais destaques, melhores remunerações e com mais poderes.

"É um lugar não mais visto como mérito, mas como resultante de uma história de atos anti-humanitários", diz.

Os números do Censo 2022 são vistos por especialistas e ativistas como uma ferramenta estatística e também uma evidência para a busca por mais representatividade e políticas públicas. Wania Sant'Anna dá como exemplo a campanha de movimentos negros pela indicação de uma mulher negra para o Supremo Tribunal Federal (STF).

"É como se fossem 55% da população pedindo essa vaga", diz, fazendo referência à proporção de pretos e pardos no país.

Além disso, ela acredita que políticas afirmativas bem avaliadas, como cotas para negros nas universidades, sejam estendidas para outros ambientes de representação, como ministérios e parlamentos.

“Temos que olhar para as representatividades que estão aí e questioná-las”, defende.

Outra utilidade dos dados na visão de especialistas é analisar recortes das informações demográficas com indicadores de trabalho, educação e expectativa de vida, por exemplo. À frente da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação do MIR, Tatiana Dias Silva defende o uso de informações qualificadas, produzidas por vários órgãos, como embasamento para discussões e elaboração de políticas públicas sobre desigualdades raciais. O MIR, por exemplo, mantém o HUB da Igualdade Racial.

Cida Bento chama atenção para um cuidado específico que deve haver na hora de se executarem políticas de ações afirmativas. Ela lembra que câmaras de verificação de cotas em universidades já mostraram casos de pessoas brancas se classificando como pardas para poderem usufruir de ações afirmativas.

“É um assunto que precisa estar sempre em debate. As políticas públicas focadas em negros, indígenas e quilombolas têm que ser dirigidas a esses segmentos a sociedade”, diz.

Tatiana Dias Silva, do Ipea e do MIR, espera que o país e a sociedade brasileira vivenciem uma espécie de círculo virtuoso envolvendo debates sobre questões raciais, reconhecimento e políticas públicas.

Ela faz uma primeira relação ligando a ampliação da discussão nas últimas duas décadas, a criação de órgãos como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) pelo governo federal, em 2023, e o MIR, em 2023, e o autorreconhecimento da população negra nos questionários de recenseamento.

Para ela, um próximo passo necessário é que haja uma mão dupla, com ampliação e aperfeiçoamento de políticas públicas e ações da sociedade para enfrentamento das desigualdades.

“Para a construção de uma sociedade com mais justiça racial, sem tantos abismos entre os grupos por conta de sua cor ou raça. O enfrentamento ao racismo como um valor cada vez mais importante na nossa sociedade. É um caminho que nos fortalece como sociedade, como país, como democracia”, deseja.

Link: **https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial**

Em Foco V

Eleição na Argentina e o triunfo da extrema-direita

Por *Leonardo Granato*
26/11/2023

Em 19 de novembro de 2023, paradoxalmente às vésperas do dia comemorativo à soberania nacional, foi eleito na Argentina, no segundo turno das eleições presidenciais, o candidato da extrema direita Javier Milei (A Liberdade Avança). Com os holofotes colocados nas medidas de campanha do novo presidente eleito (que, se efetivadas, configurarão um verdadeiro programa de alienação nacional), a referida data comemorativa testemunhou um novo consenso eleitoral dos argentinos.

O triunfo de Milei, com quase 56% dos votos, contra o peronista Sergio Massa (União por Todos), chama à reflexão, ainda que com as limitações próprias de todo exercício reflexivo realizado ao calor dos acontecimentos.

Com perfil caricatural e disruptivo, o mandatário eleito autodefinido "liberal" e "libertário" já veio avançando desde antes da pandemia de covid-19 no fortalecimento de um movimento de extrema direita ligado à centralidade que a mesma corrente vem tendo nos EUA, na Europa, e na nossa região.

Distanciando-se da direita tradicional representada pelo macrismo e sem qualquer experiência política e de gestão anterior, Milei obteve 17% dos votos para deputado nacional nas eleições legislativas de 2021, liderou as eleições primárias do mês de agosto com 30% dos votos, e ficou 6 pontos atrás de Massa no primeiro turno das eleições gerais de outubro.

Adepto à postura subserviente das vontades do mercado, Milei se elegeu defendendo formas extremadas de abertura comercial e desregulamentação financeira, a retomada das privatizações, o fechamento do Banco Central, e a dolarização da economia. Assimilando o Estado a uma espécie de "banditismo" organizado, para o autodeclarado "anarcocapitalista" o Estado é o inimigo e deve ser desmantelado.

Tal desmantelamento se apresenta, no seu discurso, como condição para efetivação da liberdade completa individual e do mercado. Diz que seu programa será uma "motosserra" para cortar o gasto público, em particular o social, e os impostos. Segundo ele, a política social não deve centrar-se no bem-estar da população, mas no capital humano, e tal entendimento deve guiar boa parte do enxugamento da máquina pública. Propõe, também, em política externa, o realinhamento automático do país aos EUA. Por meio desse discurso, durante a campanha Milei canalizou o inconformismo de alguns setores do poder econômico com o tom moderado do neoliberalismo do macrismo.

O presidente eleito soube alimentar-se dos fracassos da direita tradicional (particularmente do governo Macri), vocalizando as pretensões por parte de setores das classes dominantes, principalmente o financeiro, referentes à retomada, como solução à crise do país, de uma agenda ortodoxa na economia pautada pelo ajuste fiscal, pelo controle salarial, pela reconcentração primário-exportadora e pela abertura irrestrita ao capital estrangeiro. Frente a uma crise econômica duradoura e ao fracasso das respostas da centro-direita e do peronismo apela-se a um receituário neoliberal mais extremado.

Milei também soube aproveitar a frustração e o desencanto dos setores populares com a degradação social que o país enfrenta, e que o progressismo governamental do governo Fernández não conseguiu solucionar. Inflação superior a 140%, aumento da dívida externa, queda dos salários e aumento do desemprego, pobreza atingindo mais de 40% da população, um Banco Central sem reservas, e a implementação de políticas de ajuste exigidas pelo Fundo Monetário Internacional como condição para novos empréstimos são expressão do referido cenário de crise que permeou a contenda eleitoral.

Provavelmente, tal cenário tenha sido um dos fatores que limitaram a campanha eleitoral de Massa ao voto "útil" contra a potencial regressão de diretos representada pela eventual implementação do programa do seu adversário, ao invés de também chamar a atenção para os avanços da própria proposta do candidato peronista.

Construindo a sua estratégia eleitoral sob a premissa do esgotamento do macrismo e do kirchnerismo, Milei aproveitou-se do descontentamento social para captar votos contra a "casta política", representada pelos dirigentes políticos tradicionais, além de empresários

vinculados ao Estado, sindicalistas e formadores de opinião do "sistema" (por Milei considerados como "parasitas coletivistas").

Combinando uma narrativa hiperindividualista de "vida, liberdade e propriedade privada" com a denúncia da referida "casta", o presidente eleito foi conseguindo captar, por meio de amplo ativismo na mídia e nas redes sociais, o voto "anti-establishment" ou "antipolítica" de amplos setores da população, mas, principalmente da população mais jovem e precarizada das classes populares.

Entretanto, após o primeiro turno, apoiado por Macri e por Patricia Bullrich (parte daquela "casta" que tanto havia criticado), observou-se um Milei preocupado em moderar os níveis de radicalidade do seu discurso e passar a expressar, assim, o voto "anti-kirchnerista", em favor de um eleitorado mais amplo.

Frente à vitória de Milei, uma questão que se coloca diz respeito a quanto do "discurso radical" será traduzido efetivamente em um programa governamental, assim como aos "termos" e "velocidade" de implementação de tal programa. Ao depender dos parlamentares e dos governadores da linha dura do macrismo para alcançar níveis mínimos de governabilidade, além de uma base social que sustente as medidas, tal questionamento torna-se fundamental. Por sua vez, como se reestruturará a oposição política?

O grau de resistência dos sindicatos, movimentos e organizações da sociedade civil também é uma preocupação. Será que a reação popular poderá enfrentar as estratégias de repressão e contenção social do Estado? Com, possivelmente, novas leis de segurança, defesa e inteligência, a repressão social, como demandam as direitas autoritárias, pretende ser brutal. Não surpreende, nesse cenário, a defesa da ditadura militar, concebida pelo presidente eleito e pela sua vice como uma "guerra" contra subversivos de esquerda.

Para encerrar, no seu discurso depois de eleito, Milei reforçou o caminho da "revolução libertária" por ele proposta destinada a "abraçar o modelo da liberdade para voltarmos a ser uma potência mundial", e salientou: "hoje começa o fim da decadência da Argentina". O novo ciclo está só começando, a incerteza para o país vizinho é grande e os desafios são múltiplos, muitos deles, inclusive, com amplas repercussões para o Brasil. Por ora, devemos aguardar.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2023/11/26/eleicao-na-argentina-e-o-triunfo-da-extrema-direita

Em Foco VI

Milei e a incerteza de um governo improvisado

Por *Santiago Mayor*
12/12/2023

A chegada do extremista de direita Javier Milei à presidência da Argentina representa uma ruptura política para o país que comemorou 40 anos de democracia ininterrupta no último dia 10 de dezembro. Ao longo da história, programas de governo como o proposto pelo novo presidente só puderam ser impostos através de golpes de Estado, fraude eleitoral ou repressão. Desta vez, foi possível através do voto popular e com uma vitória retumbante no segundo turno, ocorrido em 19 de novembro.

No entanto, o seu apoio eleitoral não implica necessariamente o apoio a todas as suas propostas. Foi o que revelou uma pesquisa realizada após o segundo turno, na qual, por exemplo, a maioria rejeitava uma eventual dolarização da economia, a eliminação dos subsídios aos serviços públicos ou mesmo a reprivatização da empresa petrolífera Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF). Iniciativas que tiveram um papel importante na campanha eleitoral de Milei e do seu partido, La Libertad Avanza (LLA).

Mesmo que o novo chefe de Estado quisesse, não está claro se seria capaz de as executar inteiramente. É que em sua presidência haverá um fato inédito: pela primeira vez, o inquilino da Casa Rosada não terá um único governador de seu partido nas 23 províncias e na Cidade Autônoma de Buenos Aires. Também não contém o número necessário de deputados e senadores para aprovar leis. Tem apenas 37 dos 257 deputados na Câmara e 7 dos 72 no Senado.

Embora tenham havido governos sem maioria parlamentar suficiente antes, não há antecedentes de um que não conte ter sequer com o terço necessário para impedir, por exemplo, um processo de destituição. Algo que hoje parece distante, mas que foi um perigo concreto para Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos Estados Unidos, ambos presidentes que Milei considera exemplos a serem seguidos.

O novo presidente disse que vai convocar sessões extraordinárias no Congresso Nacional. O seu objetivo é aprovar uma "lei ônibus" – ou pacote de leis – sobre a qual prometeu dar detalhes no dia da tomada de posse, sem mais esclarecimentos.

Especula-se que incluirá medidas para liberalizar a economia, entre as quais uma reforma trabalhista que, tendo em conta a sua plataforma eleitoral, irá certamente facilitar as demissões sem indenização. Haverá também um reajuste das despesas do Estado por meioda redução de ministérios e outros órgãos. E, claro, a privatização de empresas públicas. Em todo o caso, parece que esta última não será imediata, mas será precedida de um processo de "modernização" das empresas que implicará em demissões e a redução dos direitos trabalhistas, com o objetivo de torná-las mais rentáveis.

Mas, como salientou Cecilia Valdez em um artigo publicado no El Salto, o partido no poder será obrigado a negociar para fazer passar esta e qualquer outra lei. Não só com outros partidos de direita, como o PRO, liderado pelo seu aliado, o ex-presidente Mauricio Macri, e a União Cívica Radical (UCR), mas também com o próprio Partido Justicialista e os diferentes setores que se aglutinam em torno do peronismo recentemente derrotado.

Será um jogo de equilíbrio tenso em que o LLA (La Libertad Avanza) tentará usar a legitimidade do novo governo a seu favor durante os primeiros meses, enquanto os outros partidos pesarão a correlação de forças a nível institucional e social.

Mas, caso os acordos no Congresso não prosperem, Milei tem outras armas. Não se deve esquecer que a Argentina é um país presidencialista, no qual o chefe de Estado tem ferramentas para governar sem a necessidade de obter maiores consensos.

Como explicou o advogado Federico Dalponte em setembro deste ano, o presidente poderia, por exemplo, não convocar o Conselho de Salários e congelar o salário mínimo, algo que, num país com uma inflação anual superior a 100%, seria catastrófico para os rendimentos dos trabalhadores. Na mesma linha, poderia deixar de aprovar acordos salariais entre sindicatos e câmaras empresariais, como estipulado na Lei 14.250, anulando de fato as negociações coletivas, dando fim à chamada "ultra-atividade" dos acordos. Esta medida teria igualmente repercussões nas aposentadorias, pensões e nos beneficiários de programas sociais, uma vez que os seus valores estão ligados ao índice salarial.

Da mesma forma, de acordo com a Lei 13.064, está em condições de – como prometido – suspender todas as licitações de obras públicas. Martín Ogando, sociólogo da Universidade de Buenos Aires (UBA) e apresentador do podcast La Cola del Diablo, explicou ao jornal El Salto que, embora os governadores tenham uma certa capacidade de ação política, eles também sofrem de uma grande dependência financeira em relação ao governo nacional, razão pela qual terão que sentar e discutir com Milei para poder pagar salários, realizar obras públicas, etc. Ao mesmo tempo, têm influência no Congresso, sobretudo no Senado, "pelo que não podemos excluir a possibilidade de haver uma dinâmica de apoio legislativo em troca de recursos".

Por outro lado, vale lembrar que em 2018 Macri autorizou por decreto a participação das Forças Armadas em tarefas de segurança interna. Algo muito sensível na Argentina após os crimes cometidos por essas mesmas forças durante a última ditadura (1976-1983). Foi o presidente anterior, Alberto Fernández, que anulou essa decisão, também por decreto. Assim, Milei está apenas a uma assinatura de a reintroduzir.

Por último, como especulam vários analistas, é provável que seja estabelecido uma prorrogação do orçamento de 2023, tal como previsto na Lei da Administração Financeira. Isto implica um enorme ajuste em todos os setores, tendo em conta que a inflação já alcançou 130% ao ano.

"Assim, por exemplo, as universidades nacionais terão de pedir ajuda orçamentária a um presidente que está convencido da necessidade de cobrar tarifas dos estudantes. O mesmo se aplica aos hospitais nacionais, como o Garrahan ou o Posadas, aos museus, como o Bellas Artes, e aos espaços culturais, como a Biblioteca Nacional" aponta Dalponte.

A eventual dinâmica governamental terá de lidar com um gabinete de origens e perspectivas diversas. Após várias semanas de declarações à imprensa e mensagens contraditórias, tornou-se mais ou menos clara a composição do gabinete (que sofrerá uma redução abrupta do número de ministérios).

O novo governo terá uma presença importante de pessoas da confiança do ex-presidente Mauricio Macri (2015-2019) e de dirigentes do Juntos por el Cambio, a aliança política de direita que ficou em terceiro lugar nas últimas eleições, mas que deu o seu apoio a Milei no período que antecedeu a eleição. Luis "Toto" Caputo, que ocupou o mesmo cargo entre 2017 e 2018, ocupará o lugar-chave, na pasta da Economia. Patricia Bullrich, que chefiará o Ministério da Segurança, também regressará a um cargo que ocupou durante toda a administração Macrista. Por seu lado, o líder da União Cívica Radical (UCR), Luis Petri, será o ministro da Defesa. Por último, a Saúde, que inicialmente ia ser reduzida a uma Secretaria, continuará sendo um Ministério a cargo de Mario Russo.

Entre os dirigentes "puros" da LLA, destacam-se a ministra dos Negócios Estrangeiros, Diana Mondino; o chefe de Gabinete, Nicolás Posse; e Sandra Petovello, que chefiará o novo Ministério do Capital Humano, absorvendo na sua órbita as pastas da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Social.

Outro setor político com presença ministerial será o dos antigos funcionários peronistas que ocuparam cargos durante as presidências de Carlos Menem (1989-1990), que Milei considera o melhor presidente da história argentina e que foi responsável pela implementação de um programa neoliberal ortodoxo. Entre eles, o ministro do Interior, Guillermo Francos, o ministro da Justiça, Mariano Cúneo Libarona, e o ministro da Infraestrutura (que terá a seu cargo os transportes, as obras públicas, a energia, as minas e as comunicações), Guillermo Ferraro. A ligação vai tão longe que o presidente da Câmara dos Deputados será Martín Menem, sobrinho do falecido ex-presidente.

"Efetivamente, Milei chega sem a estrutura necessária para governar, devido ao caráter absolutamente meteórico da sua ascensão, e tem de construir uma base de apoio político transversal", analisou Ogando.

Aos setores mencionados, o sociólogo acrescenta mais dois: "embora possa parecer pouco, há também diferentes componentes provenientes do peronismo mais atual", ligado ao ex-candidato e ex-governador de Córdoba, Juan Schiaretti. "E há também alguns funcionários de alto escalão, como o próprio Marcos Lavagna no Instituto Nacional de

Estatísticas e Censos (INDEC), que permanecem nesta administração, o que também é muito marcante", acrescentou.

Por último, há uma facção que foi "significativa" num determinado momento da campanha, mas "hoje parece ter perdido algum peso": os que respondem à vice-presidente Victoria Villarruel. Este grupo exprime "um caráter mais autoritário, pró-ditadura militar e ligado a ex-membros das Forças Armadas".

A incorporação de figuras de provenientes de outros setores políticos não só suscita dúvidas sobre como se complementarão ao presidente, como também gera incertezas quanto ao programa do governo.

Durante a campanha eleitoral, Milei prometeu acabar imediatamente com a inflação através da dolarização. Em parte, foi esta promessa de estabilidade que lhe valeu o apoio da maioria da população argentina que, há uma década, assiste à deterioração da sua economia. No entanto, na reta final e após o triunfo, o presidente fez uma reviravolta considerável.

"A dolarização parece ter sido arquivada por enquanto. Milei provavelmente insistirá de vez em quando que é uma reforma para o futuro, que é o objetivo, mas isso é muito diferente do que propôs na campanha, quando era a primeira coisa que ia fazer porque era o seu plano de estabilização", explicou Martín Kalos, economista e diretor da EPyCA Consultores, ao El Salto. "Na verdade, o que estamos tentando entender hoje em dia é qual é o plano de estabilização, porque, como não é a dolarização, não sabemos exatamente o que seria", acrescentou.

No entanto, o economista esclareceu que a dolarização "era uma ideia muito ruim que nunca iria estabilizar a economia argentina". "Era uma má ideia a curto prazo, mas também a longo prazo, porque é uma regra monetária muito rígida para uma economia que precisa de flexibilidade", completou.

Milei propõe agora outra coisa: uma estabilização mais ortodoxa, na linha do plano de Caputo. Trata-se de um ajuste dos gastos públicos que começará com uma forte desvalorização que busque unificar a taxa de câmbio ou, pelo menos, diminuir a diferença entre o dólar oficial e o paralelo. Por isso, o presidente disse que o controle definitivo da inflação levará entre 18 e 24 meses, período em que o país passará por uma "estagflação". Em outras palavras, estagnação econômica, mas com inflação.

Embora o conceito tenha causado alvoroço durante alguns dias nos meios de comunicação e nas redes sociais, Kalos garantiu que a Argentina vive uma estagflação "há 12 anos". "A partir de 2011, tivemos uma estagnação econômica, com uma queda de 2016 a 2020 e alguma recuperação parcial depois, mas, em suma, hoje a Argentina tem um PIB per capita mais baixo do que há 12 anos", afirmou.

Assim, o fato da abordagem do novo governo seja a de aprofundar esta situação é um problema porque "é um plano de estabilização demasiado longo e que tende a falhar". "O que acontece é que o plano proposto por Milei tem de esperar para ser iniciado, porque não há dólares", disse o diretor da EPyCA.

Outra das promessas de campanha de Milei era fazer um corte orçamental de 15 pontos sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Um ajuste que, em teoria, seria pago pela "casta" política. Um significante que cada um podia preencher como quisesse, mas que sempre representava um ‘outro’ sujeito social.

Mais uma vez, após a vitória, esta ideia foi abrandada. “Era impossível, porque esses 15 pontos são muito mais que a metade de toda a despesa pública nacional", disse Kalos, acrescentando que "significava não pagar as pensões ou, mesmo que deixasse de pagar todo o resto e não gastasse em nada [a não ser nisso], ainda assim teria de deixar de pagar alguns pensionistas".

Recalculando, Milei argumenta agora que se referia a 5 pontos do PIB, que é praticamente o déficit financeiro argentino, e que os outros 10 pontos seriam um déficit "quasi-fiscal". Como mostra um artigo do portal Chequeado, se tratam dos passivos do Banco Central da República Argentina (BCRA) que "são superiores aos seus ativos". Em especial, o foco está na base monetária do dinheiro circulante e nas Letras de Liquidez (Leliq).

As Leliqs são um instrumento monetário do BCRA (Banco Central da República Argentina) com o qual se tenta gerir a liquidez no mercado, e que é de uso exclusivo das instituições financeiras. "Dados os excessos de emissão monetária nos últimos 15 anos, especialmente desde que a dívida que Macri contraiu em fevereiro de 2018 se esgota, o Estado tende a emitir pesos para pagar o grande déficit fiscal", explicou Kalos.

O BCRA geriu esta emissão monetária com as Leliqs, a que Milei dá prioridade no seu discurso, dizendo que é a primeira coisa que tem de resolver para depois resolver o resto. É algo que "do ponto de vista técnico se pode dizer que não é verdade, não é necessário resolver isso primeiro", argumentou o economista.

Por isso, considerou que "está ganhando tempo, estabelecendo um primeiro objetivo que vai levar vários meses para resolver, para que nesse tempo possa começar a procurar dólares e entender como vai levantar o ‘teto’ cambial". "Penso que se trata de uma estratégia política protelatória. Se vermos ele apresentando uma proposta de solução abrupta e rápida para as Leliqs, também será um erro. Porque estará usando recursos que não são abundantes na Argentina para resolver algo que não é um problema urgente", concluiu.

Embora grande parte dos argentinos espere que suas condições de vida melhorem, todo esse panorama mostra um cenário em que poucos serão beneficiados em detrimento da maioria da população.

Neste sentido, Ogando disse que "os setores industriais, fundamentalmente ancorados no mercado interno, com uma baixa composição de capital e baixa produtividade do trabalho em termos de padrões internacionais, sofrerão com o programa de ajustes". São as pequenas e médias empresas, as chamadas PME, que são, nem mais nem menos, o setor que mais gera empregos.

Por outro lado, o capital financeiro e bancário "terá uma grande capacidade de fazer negócios e a nomeação de uma pessoa como Caputo para o Ministério reforça esta ideia". Este grupo inclui também setores da grande burguesia industrial, que está completamente transnacionalizada na Argentina e que "está muito confortável e tem grandes expectativas em relação a este governo".

É o caso do grupo industrial mais importante do país: a Techint, que foi o maior doador formal da campanha de Milei. "Há um setor que tem apoio suficiente para tolerar um programa de ajuste fiscal e aposta que o ataque aos direitos dos trabalhadores produzirá um disciplinamento a longo prazo da classe trabalhadora", resumiu o sociólogo.

No que diz respeito aos setores populares e organizados, Ogando observou que a Argentina tem "uma grande tradição de luta popular e isso não vai desaparecer de um dia para o outro". Mas não está otimista quanto à magnitude da resistência inicial que Milei enfrentará, "não só devido à legitimidade da votação, mas também porque o movimento social, o feminismo e os sindicatos foram golpeados".

"Certamente que alguns sindicatos que já foram declarados como alvos, como os funcionários públicos; serão os primeiros a sair à rua. Mas não sei se vamos ter uma reação como a que houve contra Macri a muito curto prazo", disse. "Esse processo de recomposição social vai levar algum tempo. Para não falar da recomposição de uma oposição política que, dado o fracasso da liderança do peronismo, vai demorar ainda mais", acrescentou.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/84487/milei-e-a-incerteza-de-um-governo-improvisado

Em Foco VII

Plebiscito constitucional no Chile: quatro anos depois, uma volta à estaca zero

Por *Paul Walder*
18/12/2023

"O país ficou polarizado, dividido e, independentemente desse resultado retumbante, o processo constitucional não conseguiu canalizar as esperanças de ter uma nova Constituição escrita para todos", disse o presidente Gabriel Boric. O processo constitucional chileno, lançado em novembro de 2019 em meio à revolta popular, chegou a um final frustrante e deixa a percepção de um longo período cheio de obstáculos e descontinuidades.

Os chilenos rejeitaram amplamente a proposta de constituição elaborada por um conselho de neoliberais conservadores, que o próprio eleitorado havia eleito em maio passado. 55,7% do eleitorado votou contra uma proposta de Constituição que despojava os

cidadãos de seus direitos e consolidava os privilégios dos investidores e das elites. Não houve triunfo aqui, mas houve uma sensação de alívio.

Embora a constituição de 1980 ainda esteja em vigor e permaneça assim por um período indefinido, as inúmeras reformas aplicadas a partir do governo do ex-presidente Ricardo Lagos fazem dela um texto familiar, mas a base de todas as desigualdades e injustiças. Como disse a ex-presidente Michelle Bachelet na época, era necessário escolher entre o ruim e o pior. As demandas levantadas em 2019 continuam presentes.

Um processo circular para chegar ao ponto de partida. Quatro anos intensos que começaram com a revolta, as dezenas de pessoas mortas e milhares mutiladas, uma pandemia com mais de 60 mil mortes e 4,5 milhões de casos, uma queda no PIB de 5,8% em 2020 e subsequentes taxas de crescimento mínimas e inflação de dois dígitos a partir de 2021.

Juntamente com esse catálogo de calamidades, à agenda pública somam-se o aumento da criminalidade, a consolidação do crime organizado e a chegada de centenas de milhares de migrantes desempregados, que atualmente somam mais de 1,4 milhão de pessoas. Isso representa 7,5% da população do país.

Durante esses anos, as distorções estruturais tão típicas dos países latino-americanos se cristalizaram. Surgiu uma direita altiva e fundamentalista que não se constrangeu em propor uma constituição que apagava direitos, especialmente aqueles em favor das mulheres conquistados pelo movimento feminista, e consolidava as desigualdades. É a mesma direita, também com maioria no Senado e na Câmara dos Deputados, que bloqueou as reformas tributária e previdenciária, os dois eixos do programa de governo de Gabriel Boric, bem como outras reformas na saúde e na educação.

Toda a direita apoiou a campanha a favor da proposta constitucional. Do Partido Republicano de José Antonio Kast, à direita tradicional do Chile Vamos, passando por alguns grupos dissidentes da crepuscular Democracia Cristã, além do favoritismo aberto da grande mídia.

Mas o maior e mais entusiasmado apoio veio das elites e dos patrões, que seriam os maiores beneficiários da proposta. Dados do Serviço Eleitoral revelaram que 98% das contribuições financeiras para as campanhas foram direcionadas para o voto "A Favor".

No dia seguinte, interpretações variadas tomaram conta da mídia. O progressismo interpretou o voto como uma rejeição aos extremos, enquanto a direita o interpretou como um apoio à Constituição atual, o status quo neoliberal. A presidente do Partido Socialista, Paulina Vodanovic, descreveu o resultado como uma derrota: "O Chile perdeu, porque tivemos a oportunidade de ter uma boa constituição escrita na democracia e não a aproveitamos".

Mas ela atribuiu o fracasso à direita e, especialmente, ao Partido Republicano: "Foram eles que perderam ao querer impor seus termos, acho que eles têm que fazer um mea culpa pela farra [...] Não havia possibilidade de chegar a acordos, o texto era ruim, eles colocaram um programa de governo em uma Constituição".

O ex-ministro do governo da Concertación, Francisco Vidal, fez uma análise otimista em uma coluna publicada pelo jornal El Mercurio. "Esse triunfo, sendo parte do governo, ocorreu em um contexto de crescimento econômico zero este ano, com desemprego de 8,9%, com inflação reduzida, mas que terminará o ano em 4,5%, com uma percepção de insegurança cidadã sentida por mais de 90% dos chilenos. Apesar de tudo isso, as forças de esquerda e centro-esquerda conseguiram triunfar".

O economista e membro do Partido Socialista Gonzalo Martner também prefere ver o resultado como um apoio às ideias progressistas. Em um post na rede X, ele escreveu: "Agora é hora de expandir as energias na segunda metade do governo de Gabriel Boric e realizar as reformas da saúde, da previdência e dos impostos e pensões, o que depende dele, de sua coalizão e da mobilização dos cidadãos contra o bloqueio parlamentar e midiático da oposição".

Em março, o governo chegará à metade de seu mandato sem ter conseguido levar adiante as reformas prometidas. Essa eleição pode ser interpretada como um apoio ao presidente Boric, bem como uma rejeição à perda de direitos sociais e às posições mais conservadoras da direita. Mas nem na noite de domingo nem na segunda-feira esse setor mostrou sinais de abertura para negociações. Não só não aceitou o resultado como uma derrota, como também pediu abertamente a manutenção de um bloqueio legislativo aos projetos do governo.

Como se nada tivesse acontecido, o presidente do Senado, o pinochetista Juan Antonio Coloma, está impondo a agenda do empresariado e das elites a partir dessa Câmara. "De agora em diante, temos que nos encarregar das questões urgentes de segurança, para as quais promovemos uma agenda neste Congresso e medidas para que o Chile volte a crescer". Nenhuma palavra sobre as demandas por melhores pensões, saúde e educação. Nem uma palavra sobre a reforma tributária.

Link:https://operamundi.uol.com.br/opiniao/84591/plebiscito-constitucional-no-chile-quatro-anos-depois-uma-volta-a-estaca-zero

Em Foco VIII

Venezuela e Guiana vivem escalada de tensão por disputa de território na fronteira; entenda o caso

Por *Lucas Estanislau*
16/112023

Uma disputa territorial que começou no século 19 é a responsável por uma recente escalada de tensão entre a Venezuela e a Guiana, que nas últimas semanas já envolveu

ameaças dos Estados Unidos, exercícios militares na fronteira e a convocação de um referendo popular para reivindicar a soberania sobre a região.

Com 160 mil km², o território do Essequibo está localizado nos limites fronteiriços dos estados venezuelanos Bolívar e Delta Amacuro com o Rio Essequibo, possui cerca de 120 mil habitantes e baixa densidade demográfica, já que em sua maioria é formado por florestas. Para a Guiana, a região representa dois terços de seu território, mas para a Venezuela a zona faz parte de suas fronteiras e teria sido roubada pelo domínio britânico quando o país vizinho ainda era uma colônia do Reino Unido. Apesar de o início das disputas pelo controle da região remontar aos anos 1840, o caso mudou de patamar e ficou ainda mais complexo a partir de 2015, após a descoberta de enormes reservas marítimas de petróleo na costa da Guiana, em grande parte no mar do Essequibo.

A Guiana, que até então possuía uma tímida legislação petroleira, outorgou concessões de exploração dos poços à empresa estadunidense Exxon Mobil, que vem descobrindo novas fontes de petróleo na região a cada ano. As reservas são estimadas em 11 bilhões de barris e fizeram o PIB guianês crescer de maneira abrupta e inédita.

As operações, no entanto, desagradaram a Venezuela, que acusa a Guiana de violar acordos prévios ao conceder licenças de exploração petroleira a uma empresa estrangeira em uma zona que está em disputa. Ao Brasil de Fato, o advogado venezuelano Jesús David Rojas, coordenador do programa de pós-graduação da Escola Nacional de Magistratura da Venezuela, explica que a exploração unilateral de recursos em territórios não delimitados não está permitida pelo direito internacional.

"A Guiana outorgou concessões petroleiras em um mar não delimitado. Essas concessões não poderiam existir porque a região é parte do mar territorial da zona que está em disputa. O princípio do Direito Internacional diz que o mar é delimitado a partir da definição total das fronteiras terrestres, portanto se as fronteiras terrestres não estão definidas totalmente, como é possível que alguém outorgue concessões em um mar que não está delimitado?", questionou.

A presença da empresa petroleira na região atraiu as atenções dos EUA, que passaram a realizar exercícios militares conjuntos com o Exército da Guiana que envolveram até mesmo uma visita da comandante do Comando Sul, Laura Richardson. No início do mês,

ao tomar posse, a nova embaixadora estadunidense no país, Nicole Theriot, disse que Washington deve fortalecer as relações em matéria de defesa e segurança com o governo guianês.

"Isso virou um problema geopolítico", diz Atilio Romero. Cientista político e professor da Universidade Central da Venezuela (UCV), o pesquisador afirma ao Brasil de Fato que a partir das descobertas petroleiras na região, a disputa pelo Essequibo sofreu uma mudança de caráter e ficou ainda mais grave e perigosa.

"A reivindicação era simplesmente territorial, mas agora há o petróleo. Então a negociação já não é somente entre a Guiana e a Venezuela, mas é entre os Estados Unidos, as petroleiras, que podem envolver vários países. Será preciso buscar um acordo geopolítico e petroleiro, e é aí onde está a situação complexa", afirma.

Venezuela e Guiana se agarram a documentos e versões diferentes da história para embasarem seus argumentos, levantando discussões sobre fatos que ocorreram até mesmo quando ambos os países ainda eram colônias. Durante as guerras de independência na América Espanhola, as autoridades britânicas que então controlavam a Guiana ocuparam os territórios a oeste do Rio Essequibo, fato que só foi contestado pela Venezuela após a independência.

Anos de disputas deram origem ao chamado Laudo de Paris, resolução emitida em 1899 por um grupo independente de cinco juristas que decidiu que os domínios sobre o Essequibo eram britânicos. 50 anos depois, em 1949, a Venezuela alega que o laudo deveria ser anulado pois haveriam provas de um suposto conluio entre advogados do Reino Unido e um dos juízes que participou do processo.

No entanto, uma denúncia formal pedindo a anulação do Laudo de Paris só foi apresentada por Caracas em 1962, processo que iniciou a elaboração e posterior assinatura dos chamados Acordos de Genebra, em 1966. No documento, assinado meses antes da independência da Guiana pelas três partes - venezuelana, britânica e guianesa - o Reino Unido reconhece a reclamação da Venezuela sobre o território e se compromete a negociar diretamente com o país na busca por uma solução.

O prazo limite para um acordo definitivo sobre o Essequibo era de quatro anos, período que foi esgotado em 1970 sem uma resolução final e que culminou na assinatura do chamado Protocolo de Porto Espanha, no qual a Venezuela concordou em uma espécie de "trégua" de 12 anos nas reivindicações sobre o território.

Já em 1982, Caracas voltou a exigir controle sobre o Essequibo, sempre se apegando aos Acordos de Genebra. O governo da Guiana, por sua vez, alega que o Laudo de Paris ainda é valido e que, portanto, suas fronteiras estão delimitadas e incluem o território do Essequibo.

Negociações entre Caracas e Georgetown medidas pelo secretário-geral da ONU ocorrem desde os anos 1990, mas foi após as descobertas petroleiras de 2015 que o tema passou a ser tratado com mais ênfase pelos países. Em 2018, alegando a ausência de concordância das partes, o secretário das Nações Unidas, António Guterres, recomenda que o caso seja levado à Corte Internacional de Justiça (CIJ), ato que foi referendado pela Guiana e é contestado pela Venezuela até hoje, por não reconhecer a legitimidade do Tribunal em Haia sobre a questão.

Operando desde 2008 na Guiana, a estadunidense Exxon Mobil hoje é dominante nos campos offshore da região e possui diversas concessões sobre reservas estimadas em 11 bilhões de barris de petróleo. Segundo previsões da empresa, a produção no país deve ultrapassar 1 milhão de barris por dia em 2027.

As atividades energéticas fizeram com que o PIB da Guiana crescesse mais de 62% em 2022 e, segundo projeções do FMI, deve crescer 38% neste ano, a maior cifra mundial. Com pretensões de aumentar sua capacidade de exploração petroleira, o governo guianês segue insistindo em uma solicitação para ampliar sua plataforma continental, o que fecharia a saída atlântica para a Venezuela.

As perfurações marítimas no território em disputa e o envio do caso à Corte Internacional são os pontos sensíveis que desagradaram a Venezuela. Para o advogado Jesús David Rojas, Caracas teria direitos sobre a receita proveniente das explorações da empresa nesse território, "como cobrar impostos em conjunto ou, até mesmo, taxar os bens que a Exxon Mobil ainda possui na Venezuela".

O jurista ainda afirma que as controvérsias surgidas do Laudo de Paris e dos Acordos de Genebra devem ser consideradas pela CIJ, já que ambas não podem ser consideradas válidas ao mesmo tempo para se definir uma solução à disputa. "O conluio do Laudo de Paris anula, por efeito, todo tipo de ato que derivar dele. Por outro lado, a Guiana não pode reivindicar o Laudo e, ao mesmo tempo, dizer que assinou o Acordo de Genebra, porque ali se reconhece que existe uma disputa", diz.

Para reafirmar suas reivindicações não apenas sobre o Essequibo, mas sobre a competência da CIJ e o envolvimento dos EUA na questão, a Venezuela decidiu convocar um referendo que está previsto para o dia 3 de dezembro e deve perguntar à população se ela apoia ou não as reclamações de Caracas.

As perguntas, que podem ser respondidas com as opções "sim" ou "não", incluem o apoio aos Acordos de Genebra, o rechaço ao Laudo de Paris e à competência da CIJ e a criação de um novo estado venezuelano chamado Guayana Esequiba, que abarcaria todo o território em disputa.

Após o início da campanha para a votação, Caracas e Georgetown subiram o tom dos discursos e algumas declarações de representantes estadunidenses levantaram temores sobre uma possível escalada bélica na região. Do lado venezuelano, o envolvimento do Exército na campanha do referendo aumentou a temperatura política. Já o governo guianês autorizou exercícios militares conjuntos com tropas estadunidenses na região e diz que "o tempo para negociações com a Venezuela terminou".

Ao tomar posse no início do mês, a nova embaixadora dos EUA na Guiana, Nicole Theriot, disse que Washington deve fortalecer as relações em matéria de defesa e segurança com o país sul-americano para lidar com "ameaças transversais". As declarações foram condenadas por Caracas, que acusou o país vizinho de fomentar um conflito para proteger o interesse de empresas estrangeiras.

Analistas, no entanto, discordam sobre as possibilidades reais de um conflito. Para Atilio Romero, uma escalada bélica "não interessa à Exxon Mobil". "Para eles, o cenário ideal seria ter que lidar apenas com o governo da Guiana. Se não for possível, então que seja

um cenário onde haja um acordo para que a empresa possa levar seu petróleo sem problemas, porque no final o problema não é territorial, o problema é petroleiro", defende.

Já Jesús David Rojas vê com preocupação as declarações de autoridades da Guiana e afirma que o melhor cenário seria a reabertura de negociações diretas entre Caracas e Georgtown. "O primeiro-ministro da Guiana disse recentemente que não teria que negociar com a Venezuela, mas com 160 mil km² em disputa, eu acho que a via saudável e pacífica é negociar, porque a outra via é a guerra", diz.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2023/11/16/venezuela-e-guiana-vivem-escalada-de-tensao-por-disputa-de-territorio-na-fronteira-entenda-o-caso**

Agenda Acadêmica

14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – Desigualdades e Justiça Climática: desafios da Ciência Política no Sul Global.

Apresentação: Em regimes democráticos, a política e as políticas públicas lidam com o desafio de enfrentar as inúmeras desigualdades que abalam a qualidade da democracia em diferentes contextos - em democracias consolidadas, em crise ou em reconstrução. O Brasil, em seu processo atual de (re)construção democrática e de suas políticas públicas, está diante deste desafio. Nesse cenário, a ABCP se propõe a pensar e debater as democracias, suas instituições, atores e resultados, especialmente diante das múltiplas formas de desigualdades.

A justiça climática é outra preocupação global, para a qual a Ciência Política também tem muito a contribuir. As mudanças climáticas afetam todas as sociedades, que sofrem e sofrerão cada vez mais os seus efeitos, mas sabemos que a população mais vulnerável é atingida de forma desproporcional pelos desastres naturais decorrentes da ação humana. Assim, compreender e discutir a justiça climática significa pensar a distribuição equitativa dos ônus e benefícios das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, combatendo as desigualdades aí presentes.

Em suas diferentes manifestações, a pobreza, as desigualdades de raça, de gênero, ambiental e territorial, o desrespeito aos direitos humanos e aos grupos minoritários, e tantas outras formas de desigualdades, são desafios a serem enfrentados pela Ciência Política, que pode e deve fornecer ao debate público contribuições cientificamente embasadas, capazes de gerar o aprimoramento dos regimes democráticos. O 14º Encontro da ABCP constituirá espaço de diálogo para essas questões, com um olhar atento ao Sul Global, suas especificidades políticas, econômicas e sociais, assim como suas contribuições para o desenvolvimento da Ciência Política mundial.

A opção por realizar o Encontro na região Nordeste ressalta a importância de uma reflexão acadêmica sobre o tema das desigualdades que marcam os países do Sul Global, e sobretudo a sociedade e as regiões brasileiras, estimulando a contribuição da Ciência Política nessa perspectiva, sem perder de vista as desigualdades que marcam a própria área, seja no Brasil ou no mundo.

Data e local: 01/08 e 02/08/2024 – online. De 05/08 a 08/08/2024, presencial na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA.

Para mais informações:
https://www.abcp2024.sinteseeventos.com.br/site/capa

1º Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Ceará (PPGS-UFC)

Apresentação: Estudantes de pós-graduação de Sociologia e áreas afins de todo o Brasil já podem se inscrever para submeter propostas de minicursos e sessões temáticas a serem ministrados no evento. Em uma data futura, serão abertas as inscrições para o envio de resumos de trabalhos.
Sob o tema "Desafios da pesquisa sociológica na contemporaneidade", o seminário está marcado para acontecer nos dias 20, 21 e 22 de março de 2024, no Centro de Humanidades da UFC, em Fortaleza (CE), e é organizado pela comunidade discente do PPGS-UFC.
A programação completa do evento, com as sessões temáticas, palestras e minicursos, será divulgada no início de 2024.

Data e local: Dias 20, 21 e 22 de março de 2024, na Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza – CE

Para mais informações: seminario.ppgs.ufc@gmail.com.
Editais disponíveis em: https://linktr.ee/seminario.ppgsufc

1º Congresso Internacional Multidisciplinar sobre o Urbano – Cidades Brasileiras: Perspectivas a partir do Sul Global.

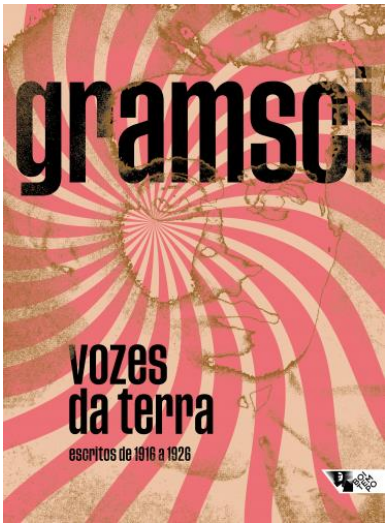
Apresentação: O Congresso visa promover a criação de um novo espaço, numa perspectiva inter e multidisciplinar, dedicado ao diálogo e à troca de conhecimentos relacionados com o estudo das cidades e da existência humana nos espaços urbanos.

Data e Local: 23/05/2024 a 25/05/2024. Evento online.

Para mais informações: https://laboratoriosocial.com.br/lab/. *Aconselha-se a continuar acompanhando o site em caso de interesse de participação no evento, pois novas informações ainda serão lançadas após a publicação deste presente boletim.

Lançamentos

VOZES DA TERRA. Antonio Gramsci, Editora Boitempo. 2023.



Sinopse: Vozes da terra, nova obra da coleção Escritos Gramscianos, reúne vinte textos de Antonio Gramsci publicados entre 1916 e 1926. Os artigos abordam, essencialmente, a relação entre o Sul e o Norte da Itália, que vivia, desde o século XIX, com uma disparidade social e econômica: o Norte em situação razoável de industrialização e o Sul estagnado em uma economia agrária com resquícios feudais. Com dezessete dos artigos publicados pela primeira vez em português, o livro traz um retrato da Itália nos anos pré-fascismo, como a relação entre os operários do Norte e os camponeses do Sul: "Nas cartas e nos cadernos vê-se como a questão meridional persistiu no campo de preocupações de Gramsci e como nesses textos ela ganha amplitude e complexidade", escreve Marcos del Roio na apresentação. A ebulição da política local, os embates entre os partidos de esquerda italianos da época e o fascínio com a revolução que se avistava na Rússia também são temas que perpassam os textos. "Os operários fabris e os camponeses pobres são as duas energias da revolução proletária. Para eles, em particular, o comunismo representa uma necessidade existencial: seu advento significa a vida e a liberdade, enquanto a permanência da propriedade privada significa o perigo iminente do esmagamento, da perda de tudo, até mesmo da vida física. Eles são o elemento irredutível, a continuidade do entusiasmo revolucionário, a férrea vontade de não aceitar compromissos, de prosseguir implacavelmente até as realizações integrais, sem deixar se desmoralizar pelas derrotas parciais e transitórias, sem se iludir em excesso com vitórias fáceis. "

A ORDEM DO CAPITAL. Clara E. Mattei, Editora Boitempo. 2023



Sinopse: Por mais de um século, diferentes países e governos enfrentaram crises financeiras ao aplicar cortes em políticas públicas e precarizar as relações de trabalho. Embora tenham sido bem-sucedidos em acalmar os credores e o mercado, os efeitos no bem-estar social e econômico da classe trabalhadora foram devastadores. Em tempos de crises e incertezas, a austeridade continua sendo praticada em todo o globo. A ordem do capital, de Clara Mattei, é um estudo profundo e interdisciplinar sobre a relação entre austeridade e ascensão do fascismo. Voltando ao início do século XX, a economista traça as origens da austeridade no entreguerras na Grã-Bretanha e na Itália, revelando como a autonomia da classe trabalhadora nos anos pós-Primeira Guerra Mundial incentivaram um conjunto de políticas econômicas de cima para baixo que sufocou os trabalhadores e impôs uma hierarquia ainda mais rígida em suas sociedades. Foi quando a austeridade revelou seu principal objetivo, a proteção do capital e a eliminação de todas as alternativas ao sistema

capitalista, e foi nesse contexto que a política econômica funcionou como aliada ao fortalecimento do fascismo. Considerado pelo Financial Times um dos melhores livros de 2022 e por Thomas Piketty como "leitura obrigatória, com importantes lições para o futuro", A ordem do capital, com sua base teórica sólida e fontes históricas e arquivísticas originais, oferece um novo olhar sobre a história da austeridade, intrinsicamente conectada com a economia moderna e com o poder político contemporâneo.

Expediente

Reitor
Prof. Mário Sérgio Alves Carneiro
Vice-reitora
Profª Georgina Muniz
Sub-reitora de Graduação
Prof. Lincoln Tavares Silva
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Prof. Luís Antônio Campinho Pereira da Mota
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Cláudia Gonçalves de Lima
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª. Dirce Eleonora Nigro Solis
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editor
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
Brena da Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Thaís Lopes Cortes
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.